

A mulher feirante e as invisibilidades da classe trabalhadora feminina: desafios interdisciplinares¹

The woman vendors and the invisibilities of the female working class: interdisciplinary challenges

MARIA VITÓRIA SILVA CARDOSO

Bacharel em Humanidades. Bacharel em Antropologia (UNILAB).

Mestranda em Humanidades (UNILAB).

Especialista em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizagem
(UniAmérica Descomplica)

vitoriocardosoantropologia@gmail.com

LUÍS CARLOS FERREIRA

Professor Permanente da Pós-Graduação em Humanidades (UNILAB). Professor Adjunto do

Instituto de Humanidades (UNILAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (FUNCAP).

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana. Mestre em Educação. Pedagogia (UERJ).

luisferreira@unilab.edu.br

RESUMO

Os conflitos entre o ambiente doméstico e os espaços públicos para as feirantes encontram significativas discussões em que o lar e o trabalho se entrecruzam no espaço público e ambiente laboral. O propósito do texto é discutir acerca das invisibilidades da classe trabalhadora feminina, tendo a realidade das mulheres feirantes nordestinas como objeto de investigação. Com base nas análises bibliográficas em Rocha e Vargas (2021), Carvalho (2021), Kuenzer (200) e Antunes (2009), a pesquisa qualitativa de cunho etnográfica, reúne elementos de relevância nos depoimentos coletados e interpretados na análise dos resultados. Pressupomos que a ausência de políticas públicas de apoio às feirantes, sobretudo, na escolarização e jornada tripla de trabalho no cuidado dos filhos, lar e trabalho. Concluiu-se que as dimensões ontológicas e sociais da experiência da mulher feirante estão entrelaçadas à entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Mulheres. Gênero. Feira-livre. Invisibilidades. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The conflicts between the domestic environment and the public spaces for the stallholders find significant discussions in which home and work intersect in the public space and work environment. The purpose of the text is to discuss about the invisibilities of the female working class, having the reality of Northeastern market women as an object of investigation. Based on the bibliographical analyzes in Rocha and Vargas (2021), Carvalho (2021), Kuenzer (200) and

¹ Recebido em 07 de setembro. Aprovado em 12 de novembro de 2023.

Antunes (2009), the qualitative ethnographic research brings together elements of relevance in the testimonies collected and interpreted in the analysis of the results. We assume that the absence of public policies to support the stallholders, especially in terms of schooling and triple working hours in child care, home and work. It was concluded that the ontological and social dimensions of the female marketer's experience are intertwined with the entry of women into the labor market.

Keywords: Work. Women. Gender. Fair-free. Invisibilities. Interdisciplinarity.

RESUMEN

Los conflictos entre el ambiente doméstico y los espacios públicos para los feriantes encuentran discusiones significativas en las que el hogar y el trabajo se cruzan en el espacio público y el ambiente laboral. El texto tiene como objetivo discutir sobre las invisibilidades de la clase obrera femenina, teniendo como objeto de investigación la realidad de las mujeres del mercado nororiental. Con base en los análisis bibliográficos de Rocha y Vargas (2021), Carvalho (2021), Kuenzer (200) y Antunes (2009), la investigación etnográfica cualitativa reúne elementos de relevancia en los testimonios recogidos e interpretados en el análisis de los resultados. Asumimos que la ausencia de políticas públicas de apoyo a los feriantes, especialmente en materia de escolarización y triple jornada en cuidado infantil, hogar y trabajo. Se concluyó que las dimensiones ontológicas y sociales de la experiencia de la mujer vendedora están entrelazadas con la entrada de la mujer al mercado laboral.

Palabras clave: Trabajo. Mujer. Género. Libre de feria. Invisibilidades. Interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

O trabalho feminino, durante a história ocidental, atravessou diversos desafios e enfrentamentos, muitos deles relacionados à proibição de mulheres no espaço público e ausência de trabalhos bem remunerados para a classe feminina da alta burguesia. Diante disso, após muita luta, na atualidade, estas se fazem presentes nos mais diversos espaços laborais da sociedade, entretanto, nem todas têm acesso às mesmas oportunidades de trabalho ou são bem remuneradas pela atividade laboral que exercem. As mulheres trabalhadoras informais, além de não terem garantias trabalhistas, também tiveram pouco acesso à escolarização durante a vida, encontrando poucas oportunidades no mercado formal.

Nessa esteira, o presente artigo tem como objetivo analisar as invisibilidades da classe trabalhadora feminina, com foco principal na mulher trabalhadora da feira-livre. A partir de análises bibliográficas, é realizada a discussão sobre os desafios, na vivência das feiras, que as tornam invisíveis ao se pensar a realidade da mulher, da mãe e, sobretudo, da trabalhadora feirante.

A pertinência na construção do texto deve-se à indagação: *Como é vivenciada a realidade da mulher feirante? Quais as dificuldades/facilidades do ser mulher num espaço de comércio “livre”?*

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, diante disso, as referências em Rocha e Vargas (2021), Carvalho (2021), Kuenzer (2005) e Antunes (2009) serão utilizadas na discussão acerca da temática apresentada.

Adiantamos que a feira, enquanto território composto por redes de sociabilidade e relações de poder simbólico e concreto, é, para muitas mulheres, o local de trabalho e sustento. O trabalho exercido pelas feirantes, em muitos casos, se dá pela escolha delas mesmas e pela ausência de empregos formais para pessoas com escolarização incompleta. Neste artigo, são expostas outras questões e inquietudes que perpassam a vivência da mulher feirante e sobre a classe trabalhadora excluída, categoria na qual muitas delas estão inseridas.

A mulher feirante nordestina

Em *Rede de mulheres feirantes no sertão baiano*, escrito por Rocha e Vargas (2021), a feira é estudada enquanto território perpassado por redes de sociabilidade, ao conectar frequentadores, feirantes e produtos, e assimilar as territorialidades de mulheres feirantes – no caso das feiras de Euclides da Cunha/BA. Reconhecem, no estudo, que há conflitos travados entre os ambientes domésticos e os espaços públicos para as feirantes e se esforçam para interpretar a construção da territorialidade marcada pelo sentido de ser mulher e ser feirante. As práticas, saberes e vínculos delas com os produtos, frente à questão do território da feira-livre, abrangem questões de relações de poder, simbólicas e concretas (ROCHA; VARGAS, 2021).

Pesquisar as mulheres feirantes sertanejas é instigante, pois a investigação está, primordialmente, ligada à imagem retratada nos sertões nordestinos que, no imaginário coletivo, é estereotipada como região e localidade cercada pela fome e pela miséria. Dessa forma, pesquisar as mulheres feirantes sertanejas de uma dada localidade está interligado, principalmente, com a busca de compreensão dessas invisibilidades, apontadas nos processos de exclusão social.

As vivências das feirantes e suas peculiaridades nos cotidianos são assimiladas por percepções de análise dos vínculos com seus produtos e suas barracas, observando, com isso, os sentidos revelados. As experiências de trabalhadoras da feira e o território de trabalho, em si, enquanto lugar de troca de saberes ancestrais, reproduzem uma tradição que vem

acompanhada pela família das mulheres. A complexidade do universo das feiras é revelada quando se investiga a origem dos produtos e a relação deles com as comerciantes, sobretudo, por muitas mulheres que se constituírem como agricultoras que comercializam o próprio produto plantado e colhido por elas.

As mulheres feirantes possuem conquistas e lutas travadas entre ambientes domésticos e públicos, na medida que as relações de trabalho e os desafios vivenciados pelo corpo feminino podem se confundir. Situações de assédios, perseguições, feminicídios e violências sexuais e domésticas estão presentes na história delas, em suas vidas privada e pública. Entretanto, vale ressaltar que o território no qual perpassam todas essas violências também é o ambiente de trabalho exercido pela mulher feirante, havendo, nesse sentido, uma singularidade sobre como suas experiências são sentidas e vivenciadas, além da quebra de paradigma sobre a ocupação do território que, apesar de poder ser violento, também é a fonte de sustento para a feirante. A feira, enquanto território construído de múltiplos sujeitos e desconformes territorialidades, com a presença feminina, concede uma herança de saberes matriarcais a partir dos significados do que é “ser mulher”, “ser feirante” e “ser sertaneja”, trazendo, a partir de produtos comercializados, a cultura do sertão e a experiência feminina. Os produtos comercializados pelas feirantes auxiliaram o entendimento sobre ser/estar feirante enquanto mulher, representando um ato econômico, político e cultural (ROCHA; VARGAS, 2021).

Alves (2020), ao pesquisar a feira localizada na rua José Avelino, em Fortaleza, conhecida como Feira da Sé, nota que existe uma forte ligação entre as feirantes do local e as atividades têxteis que aconteciam desde o século XX no centro da cidade. O Ceará ainda hoje é um dos maiores produtores têxteis do país e está em constante crescimento devido à atividade estar fortemente conectada à produção industrial (*ibidem*, 2020, p. 58).

No século XX, com a reestruturação produtiva, as indústrias de tecido fragilizam a produção, gerando muitas demissões e um aumento de empregos informais, alto empregos, trabalhos por conta própria e afins. Algumas trabalhadoras do setor terciário já possuíam conhecimento de corte e costura ao serem demitidas e, como forma de manutenção de renda, foram trabalhar por conta própria por meio desses saberes. Assim, atividades como essa foram comuns naquele período, gerando um aumento de serviços autônomos, pequenos negócios informais, principalmente, voltados para o mercado comercial como alternativa de trabalho e geração de faturamento (ALVES, 2020).

Muitas mulheres que já trabalham nestas oficinas, assim como as que trabalhavam nas indústrias têxteis, com os saberes que receberam, resolveram montar seu próprio negócio na feira, construindo um novo conhecimento sobre vendas. Na década de 1990, houve um aumento

significativo de mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que a precarização e vulnerabilidade empregatícia cresceu na perspectiva de gênero, na medida que, além de não possuírem políticas públicas para mulheres no mercado, outras funções relacionadas à família e ao lar eram destinadas às mulheres. Vale ressaltar que muitas mulheres feirantes de Fortaleza, segundo Alves (2020), preferiam trabalhar na feira devido ao horário de trabalho que possibilita cuidar dos filhos, realizar atividades domésticas e trabalhar. Diante disso, percebe-se que a mulher, principalmente a feirante, realiza jornadas de trabalho triplas e, em alguns casos, quádruplas, na medida que há mulheres feirantes que também são costureiras (*idem*, 2020).

As narrativas orais e memórias das mulheres, e de suas experiências, e o protagonismo na feira-livre denotam várias características da feira, como a arte de vender e as ações das mulheres enquanto sujeitas plurais. Vender, para além de ser uma atividade econômica e de sociabilidade para as feirantes, é também a fonte de sustento financeira. Portanto, pensar nas atividades realizadas pelas feirantes é também refletir sobre exercícios de empoderamento e desenvolvimento econômico de luta pela sobrevivência e independência. Além disso, adiciona-se também a luta contra os desafios do que é ser mulher na cidade, cuidado com os filhos, luta contra a dominação masculina, entre outras problemáticas no que tange ao papel social das mulheres e às relações de poder (CARVALHO, 2021).

A feira-livre está intrinsecamente ligada ao centro de vida natural e de vida social (CARVALHO, 2021). É um espaço plural de arte, vendas, histórias, vivências e cultura. Além disso, a existência da feira é fundamental para o crescimento da economia local. Para a cultura nordestina, a feira significa um espaço para apresentar a cultura do artesanato a partir de materiais como rendas, produtos de barros, couro e palha. Os elementos culturais da feira tornam o território um espaço de expressão nordestina e de resistência, tanto para as mulheres como para os homens.

Vale ressaltar também a indagação de como as mulheres saem do espaço privado e começam a ocupar o espaço público. Essa conquista está ligada à busca por trabalho remunerado, direitos e reconhecimento enquanto cidadãs. A vista disso, os trabalhos das mulheres feirantes contradizem rótulos de mulheres submissas e senhoras do lar, na medida que o espaço público vem sendo conquistado cotidianamente por mulheres feirantes.

O protagonismo feminino no trabalho revela mudanças sociais em relação à conquista do espaço público. Além disso, fazer a análise cotidiana da presença das mulheres na feira incorpora identificações e inter-relações no aspecto de cultura, economia e realidade social.

As dimensões de poder, no cotidiano das feiras, mostram como este não está restrito a instituições políticas, pois, na verdade, funciona como uma rede. As mulheres feirantes,

enquanto protagonistas de suas próprias histórias, lutam pelo trabalho e pela emancipação, enfrentam desafios de gênero, dominação masculina, criação dos filhos, entre outros. Vale ressaltar que, no que diz respeito às atividades domésticas e do lar, as mulheres sempre trabalharam em todo o período da história ocidental, entretanto, nem sempre foram remuneradas.

3 A exclusão da classe trabalhadora vulnerável

É comum falar-se sobre crise do trabalho ou fim do trabalho, o fim da sociedade do trabalho e o fim da sociedade do conhecimento, entretanto para a compreensão das razões que levam a facilidade destes assuntos é necessária uma investigação sobre como é produzido socialmente o ser humano, para isto foram classificadas três categorias primárias. A primeira delas é a individualidade, a qual o capitalismo enfatiza, reduzindo os indivíduos a partir desta característica. A segunda categoria é a natureza, a qual está diretamente ligada ao desenvolvimento do indivíduo a partir da natureza a qual está presente. Já a terceira categoria diz respeito ao ser social, a qual está principalmente vinculada a sociabilidade e a formação do pensamento social do indivíduo a partir de sua individualidade e de sua natureza (FRIGOTTO, 2005).

A atividade consciente do trabalho exercida pelo ser humano cria e recria sua própria existência. Sendo sua existência primeiramente física e biológica, bem como cultural, social, estética, simbólica e afetiva. Marx (1982) fala sobre o trabalho enquanto criador de valores, a partir do conceito ontológico de propriedades, segundo Frigotto (2005).

Segundo Marx (1982) existem duas dimensões distintas em relação ao trabalho. A primeira delas é o trabalho enquanto necessidade imperativa, a partir da condição histórica do indivíduo e sua manutenção de padrão de vida biológica e social. A relevância das tecnologias se mostra significativas, na medida que são responsáveis pela geração de desemprego, alterando assim as significações do trabalho para o ser humano. A segunda dimensão diz respeito ao princípio educativo do trabalho. O trabalho constitui-se por ser o elemento criador da vida humana, enquanto dever e direito a ser aprendido desde a infância, sendo assim um direito de existir tanto para conscientização quanto para a alienação. Este princípio educativo também é um manifesto de luxo, a partir da naturalidade apreendida em viver do trabalho e exploração dos outros.

O significado predominante sob o capitalismo em relação ao trabalho está intrinsecamente direcionado a ser alienado e mutilador da vida dos trabalhadores. Tais

definições se assumem como dominantes na vida dos trabalhadores na história da humanidade, regulada por ações sociais do trabalho, como por exemplo a positividade do trabalho enquanto critério para julgamento moral, a qual fortalece o processo de alienação sobre a questão do empenho dedicado no trabalho, sendo que a maior parte dele vai gerar um lucro ao empregador que não irá voltar para o empregado, gerando uma desigualdade dentro de uma relação de poder.

A compreensão de desigualdade, fruto de relações de poder e de classe no modo de produção capitalista gera o questionamento sobre qual o futuro da sociedade salarial ou do trabalho assalariado diante do quadro exposto.

Para explicitar melhor este quadro será necessário compreender que durante a primeira guerra mundial houve a criação de políticas públicas e planificação para trabalhadores assalariados. Esta preocupação da constituição com a massa trabalhadora foi fruto de anos de lutas de sindicatos e partidos. Durante o século XX existiu uma onda de desemprego estrutural, no qual gerou um sentimento de existência provisória e sem prazo na população. Tal situação está fortemente relacionada ao significado do trabalho a partir do trabalhador, criando uma dupla face entre o sentido ontológico do trabalhador e histórico.

A investigação sobre como as mulheres se enxergam enquanto mulheres e enquanto feirantes se torna ainda mais pertinente a partir da leitura de Frigotto, posto que a própria questão de existência enquanto feirante e enquanto mulher gera a afirmação no sentido ontológico e histórico da trabalhadora informal.

O sentimento de levar suas ferramentas de trabalho de casa para a cidade transforma tanto o sentido da cidade enquanto local frequentemente mutável, quanto o sentido de ser trabalhadora não apenas enquanto se está na feira, mas quando realiza todo o processo de se sentir feirante.

Quando refletimos sobre o sentido ontológico do trabalho, podemos compreender que este educa o ser humano, ao mesmo tempo que se constitui parte do ser. No sentido histórico, o trabalho passa a ser entendido a partir da sua divisão social e das transformações da sua natureza (SAVIANI, 2005).

Uma das questões abordadas por Kuenzer (2005) é a facilidade na qual a pedagogia taylorista se apropria de concepções elaboradas na pedagogia socialista, gerando uma ambiguidade no discurso dessas práticas. O novo discurso pedagógico tende a valorizar a formação do ser em todas as suas dimensões de integralidade, visando à politecnia, à superação da fragmentação do trabalho e, em especial, ao trabalho pedagógico de resgate da união entre teoria e prática, na transdisciplinaridade.

As relações de produção e as novas formas de organização do trabalho criaram também

modos de vida, comportamentos e valores, ao gerarem um “novo” tipo de ser, capaz de moldar-se aos novos métodos de produção. Esse fundamento reflete-se, também, no novo tipo de trabalho que está relacionado à fragmentação, tanto nas relações sociais e produtivas como na escola, de forma que a classe trabalhadora é educada pela própria divisão do saber (KUENZER, 2005).

A escola se constitui historicamente como um dos aparelhos de fortalecimento das formas de divisão social, quando expressa e reproduz a fragmentação por meio de seus conteúdos, métodos, formas de organização e gestão. Além disso, é importante lembrarmos do disciplinamento que se apresenta nesse contexto, capaz de gerar mudanças de capacitações para competências, demonstrando, assim, traços do que Kuenzer entende como pedagogia toyotista. Para Kuenzer (2005), a Pedagogia Toyotista se caracteriza pelo “deslocamento de habilidades psíquicas para competências cognitivas complexas, de forma que seja possível atender ao processo de escolarização do capital” (KUENZER, 2005, p. 03)

Ainda em Kuenzer, só seria possível a superação da fragmentação do saber e do trabalho pedagógico quando rompermos as contradições entre a propriedade dos meios de produção e a força do trabalho e quando dermos lugar à transdisciplinaridade e a uma pedagogia emancipatória.

O trabalho pedagógico, enquanto prática social intencional, ocorre nas relações produtivas e sociais em virtude de fazermos parte de uma sociedade dividida por classes sociais, existindo, assim, relações de exploração e de valorização de capital. Nesse sentido, as tendências pedagógicas privilegiam a racionalidade técnica sem contemplar, muitas vezes, a relação entre o aluno e o conhecimento, de forma que a concepção do conhecimento mostra-se linear, fragmentada e pautada numa organização rígida de assuntos repetidos, ano após ano, nas propostas curriculares.

A fragmentação e suas várias modalidades no trabalho pedagógico estão relacionadas das seguintes formas: 1. Dualidade estrutural: Definição de diferentes tipos de escola, segundo a origem de classe e o papel a elas destinado na divisão técnica do trabalho; 2. Fragmentação curricular: Divisão do conhecimento em áreas e disciplinas trabalhadas de forma isolada; 3. Estratégias taylorizadas de formação de professores: Promoção de capacitação dividida por temas e disciplinas; 4. Planos, cargos e salários: Professores que precisam se dividir em diversos espaços sem desenvolver o sentido de pertinência à escola.

O trabalho pedagógico escolar e não escolar ocorre por meio de relações sociais e produtivas, desta forma, a necessidade de superação histórica na divisão entre capital e trabalho dá a possibilidade da existência de práticas pedagógicas autônomas entre o mundo do trabalho

e a educação. O universo do trabalho e a educação possuem estratégias de exclusão do mercado, no qual, o que antes era seguridade e garantia de direitos trabalhistas e condições de trabalho e inclusão, hoje, ocorre de forma precária, de modo que os trabalhadores que são desempregados, quando conseguem um novo emprego, recebem salários mais baixos mesmo com carteira assinada, ou são reempregados por empresas terceirizadas como um serviço autônomo, alimentando, assim, o setor de reestruturação e mantendo sua competitividade por meio do trabalho precarizado (KUENZER, 2005).

A organização piramidal, proposta na dicotomia entre o pensar e o fazer, reforça a divisão social e a técnica do trabalho. Nessas condições, criar empatia entre quem pensa e quem faz é o maior desafio que existe entre escola e trabalho, pois, à medida que o aluno-trabalhador passa pela educação integral e apresenta dificuldades em pensar, ele integra as questões científicas, sociais, culturais que estão a sua volta, possivelmente sendo esse o desafio que explica o processo de esvaziamento da ciência, na educação integral (KUENZER, 2005).

Na realidade metódica das feirantes localizadas no município de Baturité/CE, é possível fazer reflexões sobre os caminhos passados da história do trabalho feminino e o futuro desse trabalho ao relacionarmos a necessidade humana e social no espaço de trabalho a partir de suas trajetórias e educação vividas.

O/a proletariado/a da economia informal e/ou aqueles/as que estão na condição do desemprego estrutural tendem a recuperar a base do desenvolvimento do trabalho no taylorismo e no fordismo. No taylorismo, cada trabalhador desenvolve uma atividade individual como aconteceu entre os anos 1856 e 1915 nas indústrias. No fordismo, ocorre pela linha de montagem quando a produção em massa se mostrou presente nas indústrias, principalmente, ao longo do século XX (ANTUNES, 2009).

A tendência frequente na redução do proletariado nas indústrias e a expansão ocidental do Toyotismo introduziram a máquina informatizada e as novas formas de trabalho doméstico, sobretudo, as várias máquinas que foram criadas para a realização de atividades domésticas realizadas, principalmente, por mulheres.

Os novos proletários da área fabril e de serviços que constituem o “subproletariado” (ANTUNES, 2009) estão aumentando em escala mundial. Nesse contexto, o sub-proletariado se caracteriza por trabalhadores de empresas terceirizadas, subcontratados para realização de um serviço específico e individual.

Em relação à divisão sexual do trabalho, percebe-se um aumento de trabalhadoras no mercado, sendo mais de 40% da classe trabalhadora em diversos países. Entretanto, a desigualdade salarial ainda está presente, bem como a desigualdade de direitos e condições de

trabalho. Para Antunes (2009), a divisão sexual do trabalho se caracteriza pelas atividades de concepção e capital intensivo, preenchidas por homens; e atividades elementares, sem ou com pouco capital de trabalho intensivo, ocupadas por mulheres – as quais, em muitos momentos da história, foram ocupadas por mulheres imigrantes ou negras (ANTUNES, 2009).

O capitalismo vem se apropriando das diversas atividades de cunho social e doméstico realizadas pela classe feminina para limitar a emancipação parcial das mulheres, na medida que a exploração do capital, a opressão e a subordinação de gênero vêm causando repulsa à luta da emancipação feminina. As mulheres feirantes, apesar de estarem felizes e satisfeitas com seu trabalho, ainda se encontram em situação de exploração quando se veem responsáveis pelo cuidado do lar, dos filhos e da feira.

Silva (2021) discute a questão da "nova exclusão", que é baseada no conceito de exclusão includente e inclusão excludente proposto por Kuenzer (2005). No processo de teorização sobre a temática da inclusão e exclusão, é realizada uma recapitulação histórica das discussões sobre esse tema.

A partir de 1970, iniciaram-se os debates teóricos sobre inclusão e exclusão, identificando uma divisão entre pessoas incluídas e excluídas e sua relação com a obra "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens" de Jean-Jacques Rousseau (1717-1778). Nesse contexto, tornou-se possível compreender os padrões de desigualdade com base em diferenças de gênero, raça, idade, condições de saúde e os aspectos políticos que essas diferenças acarretam à sociedade (SILVA, 2021).

No Brasil, a noção de exclusão começou a ser discutida entre as décadas de 1980 e 1990, influenciada pelas ciências sociais francesas e pelo debate sobre marginalidade. Durante esse período, o número de pessoas pobres e marginalizadas estava aumentando, assim como a exclusão social de grupos minoritários, o que gerou um movimento de inclusão excludente. Esse processo resultou em desigualdade social.

A exclusão includente abrange muito mais do que apenas questões econômicas; ela está embasada em práticas que definem o que é considerado normal, justificando e institucionalizando ações que fortalecem a exclusão social.

Robert Castel (2000) afirma que a desfiliação social, caracterizada pela precarização do trabalho, está presente na sociedade contemporânea, nas relações salariais e na construção de laços de exploração como forma de exclusão. A exclusão, segundo Castel (2000), é uma ruptura que resulta na ausência de relações enquanto força social, caracterizada pela inserção desvantajosa na sociedade capitalista, pela ruptura dos laços sociais e pela impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos. Quando aplicada na sociedade por meio da precarização

do trabalho ou da desqualificação social, ela gera condições de vulnerabilidade (SILVA, 2021).

A "nova exclusão social" está intrinsecamente ligada às relações de trabalho, consumo, materiais e impede que os indivíduos excluídos se percebam ou reivindiquem sua situação. Além disso, a "nova exclusão social" possui várias facetas, principalmente a negação do acesso pleno a cenários econômicos, sociais e culturais, resultando em isolamento social (SILVA, 2021).

As desigualdades nos rendimentos, na escolaridade, nas qualificações profissionais e culturais são sintomas de uma crise na sociedade, que hierarquiza a cidadania dos sujeitos, de maneira que há cidadãos de direitos, cidadãos em ascensão de direitos e pessoas que sequer são consideradas cidadãs, fazendo da cidadania algo esporádico na sociedade.

A exclusão social está relacionada às dimensões subjetivas e objetivas de uma sociedade, de modo que aqueles que não são contemplados pelas políticas públicas são alvos do desemprego estrutural generalizado, da falta de acesso a direitos sociais, políticos e humanos, da precarização do mundo do trabalho e da insegurança social, ocasionando múltiplas violências.

Refletir as violências a partir da desigualdade social nos leva a pensar nas mudanças no mundo do trabalho a partir da década de 90, influenciadas pela reestruturação produtiva e mudança radical das demandas capitalistas. Durante este processo a exclusão social teve um aumento significativo, na medida que as necessidades capitalistas não garantiam a dignidade no mundo do trabalho para grupos de pessoas que já tiveram uma série de direitos negados, como a escolarização (KUENZER, 2005).

Neste parâmetro cabe refletir sobre como as mulheres feirantes se fazem presentes na realidade de exclusão social a partir da não garantia de direitos trabalhistas, que por questões relacionadas à escolaridade, atividades domésticas e cuidado com a família não são consideradas adequadas para o mercado de trabalho formal. As mudanças na década de 90 não mudou apenas a realidade no mundo do trabalho, mas a realidade de subsistência e precariedade de mulheres que ainda estavam em busca de oportunidades de entrar no mundo do trabalho, na medida que ainda na década de 90 as mulheres começam a ocupar mais funções fora do lar, entretanto as vagas de emprego disponíveis são informais.

O trabalho pedagógico escolar e não escolar ocorre através de relações sociais produtivas, entretanto não estão imunes às determinações do mundo do trabalho, havendo, portanto, a necessidade de superação histórica na divisão do trabalho e do capital, para assim haver a possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas.

No mundo do trabalho e da educação a exclusão includente se fez a partir de estratégias

de exclusão do mercado formal, no qual o trabalhador possuía garantias de direitos e melhores condições de trabalho junto de estratégias de trabalhos em situações precárias, de forma que o trabalhador é empregado e reempregado em vários empregos, mas não conseguem uma constância em um único local, devido as dinâmicas capitalistas (KUENZER, 2005).

Estas reintegrações no trabalho também se mostram a partir de empresas terceirizadas ou nos serviços informais, de modo que a competitividade no trabalho se mantém a partir do setor de reestruturação capitalista.

Em resumo, refletir sobre a exclusão includente nos remonta a questionar como as políticas públicas são criadas para atender a camadas sociais, mas não são efetivadas ou se de fato a proposta destas políticas é atender ao combate à desigualdade social.

Na realidade das mulheres feirantes, ocupar o território da feira por si só já é um desafio (ROCHA; VARGAS, 2021), mas refletir sobre o que as leva estas a ocuparem a feira enquanto trabalho ao invés de empregos formais gera uma série de questionamentos, como por exemplo o acesso à escolaridade que as feirantes tiveram na infância e seu nível de formação.

Mulheres feirantes nordestinas invisíveis

De forma empírica, percebemos que uma das maiores razões para as mulheres feirantes preferirem o trabalho informal ao invés de um trabalho formal é o tempo livre para o cuidado com os filhos, pois, apesar de existirem políticas públicas acionadas para a mulher trabalhadora ter um local para deixar seus filhos, bem como apesar de existir o espaço da escola, ou mesmo outro membro familiar que possa assumir o cuidado, quem o faz é a mulher.

A feira enquanto território de relações de poder se mostra, também, como lugar de repasse de saberes matriarcais pelas mulheres feirantes, trazendo ao ambiente novos significados. Como já exposto neste texto, muitas mulheres repassam os saberes das feiras para as filhas ou netas da família, deixando a herança de fazê-la para a nova geração, tornando esse espaço um lugar de educação ancestral e cultural para mulheres.

Os novos discursos pedagógicos, segundo Kuenzer (2005), incorporam a formação do homem em todas as dimensões. No entanto, questionamos se esses discursos chegam às mulheres feirantes, na medida que grande parte delas precisou interromper seus estudos e, por conta disso, muitas são excluídas do acesso a empregos formais.

Para as mulheres, as relações de produção e as novas formas de organização de trabalho, no que tange aos novos modos de vida, comportamento e valores, se mostram violentas, posto que há uma dupla cobrança para que elas sejam boas mães, boas profissionais e estejam se

atualizando em relação às mudanças organizacionais do trabalho. Vale ressaltar que não há, para as feirantes, políticas públicas que sejam capazes de inserir as mulheres nessas novas mudanças, o que as leva a um processo de invisibilidade ou, no extremo, à exclusão social e profissional, pela negação do acesso aos direitos fundamentais à cidadania.

Kuenzer (2005) afirma que as relações sociais e produtivas e a escola educam o trabalhador para essa divisão de novos tipos de trabalho. Nessa mesma linha de raciocínio, pensamos que a política de evasão escolar também gera essa divisão, dado que a ausência de políticas públicas para mulheres feirantes e para outras minorias de trabalho afirma a falta de interesse em inseri-las no mercado laboral ou mesmo em assegurar os direitos trabalhistas de trabalhadoras informais com as mesmas garantias das trabalhadoras formais.

Frigotto (2005) apresenta uma tripla dimensão do ser social, no que se refere à mulher feirante, tais dimensões são incorporadas tanto na individualidade que abrange a existência de cada trabalhadora da feira, como na natureza desenvolvida no território, tensionadas por conflitos, relações de poder, trocas e sociabilidades, os quais se reproduzem na permanência cultural, social, estética, simbólica e afetiva.

No que se refere à forma empírica da história dessas mulheres, o espaço público já foi proibido para estas. Uma forte arma usada para expulsá-las dos espaços públicos se dava por meio do estupro, utilizado também em outros períodos da história do mundo, como no Peru, em 1980, ou, em 1990, na Bósnia Herzegovina, durante a invasão Sérvia, além disso, a muitos casos também se somavam a mutilações e assassinatos (PISCITELLI, 2009). Na atualidade, as armas que expulsam as mulheres dos espaços públicos ganham novas roupagens, como os assédios, a responsabilidade na dupla jornada de atividades domésticas e de atividades laborais, além da pressão em precisar ter sucesso em ambas as áreas.

A “classe-que-vive-do-trabalho” não se resume apenas a trabalhadores assalariados ou com vínculos formais de carteira assinada, e sim é composta por todas as pessoas que trabalham, independentemente do valor que recebem ou que não recebem pela atividade que realizam, ou seja, todos aqueles que vendem sua força de trabalho (ANTUNES, 2009).

No século XXI, o trabalho é sinônimo de autoatividade, atividade livre no tempo disponível, ou seja, as mulheres feirantes, enquanto aquelas que não tiveram acesso a trabalhos formais, simbolizam esse pensamento.

Houve um aumento de mais de 40% de mulheres no mercado de trabalho, sem as mudanças e a equiparação salarial que reduzissem a desigualdade sexual no trabalho com reflexos nas condições salariais. Sendo assim, podemos dizer que o capitalismo vem se beneficiando das duplas ou triplas jornadas de trabalho feminino em diversas atividades de

cunho doméstico, reprodutivo, entre outros, que se apropriem da multiatividade feminina sem o interesse em promover a igualdade nas relações de gênero, bem como raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de compreender as invisibilidades que perpassam as vivências das mulheres feirantes a partir de análises bibliográficas destas e do trabalho, podemos destacar, no limite do texto, que, em diversas instâncias, a mulher trabalhadora informal não é assistida socialmente. Embora existam políticas públicas para o empreendedorismo ou plataformas de ensino gratuito, elas não se aproximam da realidade da trabalhadora feirante. Algumas possíveis razões para a crise existente no trabalho, como essa falta de acesso de mulheres feirantes às políticas públicas, levam ao processo de exclusão vivida pela classe trabalhadora, diante disso, acabam atuando no comércio informal nos espaços públicos das ruas e avenidas que promovem as feiras livres.

Na compreensão das dinâmicas cotidianas da mulher feirante e de suas vivências, foi possível distinguir os significados e os desafios de ser mãe e feirante, incorporando questões voltadas para o repasse de saberes das mais velhas para as mais novas, bem como a construção de uma renda própria, fora da dependência de terceiros, nos espaços da feira enquanto ambiente de trabalho frente à crise de desemprego para pessoas que tiveram seus estudos interrompidos e tiveram de enfrentar desafios voltados para a responsabilidade do lar, dos filhos e do trabalho.

A vivência feminina na feira-livre, segundo a feirante, está entrelaçada à entrada da mulher no mercado de trabalho após as duas grandes guerras e aos sentidos ontológico e social aos quais a mulher se percebeu por meio da experiência de trabalhar fora do lar. O espaço público para mulheres se mostrou violento em muitos momentos da história, pois, na tentativa de expulsá-las do ambiente público, foram fortalecidas formas de opressão de gênero, como os assédios nas ruas, violências sexuais, feminicídio entre outros. Essa experiência já era sentida por mulheres pobres e negras, as quais, desde o fim da escravização, se encontravam no mercado de trabalho sob condições precárias. Os sentidos ontológico e social para as feirantes se mostram com uma diversidade de elementos de opressão e de luta pela conquista de trabalhar fora de casa e se sentir segura no trabalho, que, para a feirante, significa ter segurança na feira-livre.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Aurélio de Andrade. **Sobrevivência ambulante no espaço urbano: informalidade e trabalho na feira José Avelino**, em Fortaleza-Ceará. 2020. 318f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/vitor/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/AREA%20DE%20TRABALHO/leituras%20-%20mulheres/2020_tese_maalves.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos. MULHERES FEIRANTES: COTIDIANO, TRABALHO, PROTAGONISMO E ARTICULAÇÕES FEMININAS NA FEIRA LIVRE EM CAETITÉ – BA (1991 A 2019). IN: **Simpósio Nacional de História**, 32, 2019, Rio de Janeiro. ANAIS [...] Rio de Janeiro: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, 2019. P. 01 – 11.

CASTEL, R.. As transformações da questão social. In: BOGUS, L. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. [tradução: Mariangela Belfiore-Wanderley]. São Paulo. Ed: Educ., 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 12 set. 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, Jose Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANGELICE, José Luis (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2005. p. 62-77.

MARX, Karl. O CAPITAL. 7. Ed. São Paulo: Difel, 1982.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: A História de um Conceito. In: *Diferenças, igualdade /Heloisa Buarque de Almeida, José Eduardo Szwako (orgs.)* – SP: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116 a 149.

ROCHA, Patrícia Quirino; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Redes de mulheres feirantes no Sertão Baiano. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 19, n. 1, p. 249-270, 29 abr. 2021. Semestral. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIIMONTES). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.46551/rc24482692202111>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 2005. Cap. 01. p. 13-24. (4).

SILVA, Parley Lopes Bernini da. **IDENTIDADE, TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL**:

estudo sobre as representações de mulheres feirantes de barbacena-mg. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Cap. 04. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28140/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.